

INSTITUTO SINCRONICIDADE PARA A INTERAÇÃO SOCIAL – CNPJ 04.845.365/0001-78

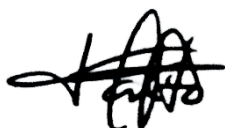
BALANÇO PATRIMONIAL

Encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ATIVO				PASSIVO			
	2018	2017		2018	2017		
ATIVO CIRCULANTE	559.277,04	83.587,39	PASSIVO CIRCULANTE				1.800,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4a 488.194,04	80.846,12	Despesas a reembolsar	-	-		0
Caixa	-	-	Serviços prestados a Pagar	-	-		1.800,00
Bancos Conta Movimento	-	-	Obrigações Fiscais a Recolher	-	-		0
Aplicações Financeiras	4b 488.194,04	80.846,12					
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	71.083,00	2.741,27	SUBVENÇÕES E/OU CONV. A REALIZAR	6	562.073,52	120.328,86	
Adiantamentos	-	-	Subvenções a Realizar		562.073,52	120.328,86	
Contas a Receber	5 71.083,00	2.741,27					
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	- 2.796,48	-38.541,47	
			Recursos sem Restrição/Verba Adm	-	38.541,47	34.548,36	
			Superávit/ (Déficit) do Exercício	4h	35.744,99	-73.089,83	
TOTAL DO ATIVO	559.277,04	83.587,39	TOTAL DO PASSIVO E PL		559.277,04	83.587,39	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.



Talita Montiel D Oliveira Castro – Diretora Executiva
CPF: 227.978.418-16



Raul Paulino Torres – Contador
CRC 1SP265092/O-6
CPF 314.637.888-43

INSTITUTO SINCRONICIDADE PARA A INTERAÇÃO SOCIAL – CNPJ 04.845.365/0001-78


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Exercícios findos em 2018 e 2017

		2018	2017
RECEITAS		980.807,53	675.207,18
Apoio ao projeto por Organizações Sociais	9	938.282,78	666.960,25
Doações Pessoa Jurídica			-
Doações Pessoa Física		216,00	215,68
Outras Receitas		37.032,31	260,02
Receitas Financeiras		5.276,44	7.771,23
DESPESAS		945.062,54	748.297,01
Despesas com a Execução de Projetos		856.804,41	641.831,95
Despesas de Gestão Administrativa		88.258,13	106.465,06
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	10	35.744,99	- 73.089,83

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.



Talita Montiel D Oliveira Castro – Diretora Executiva
CPF: 227.978.418-16



Raul Paulino Torres – Contador
CRC 1SP265092/O-6
CPF 314.637.888-43

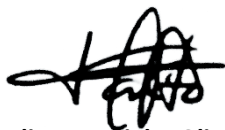
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios financeiro de 2018 e 2017

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-33.569,73	51.332,94	17.763,21
Incorporação do Superávit de 2015	51.332,94	-51.332,94	-
Superávit apurado no exercício de 2016	0	16.785,15	16.785,15
Saldo em 31 de dezembro de 2016	17.763,21	16.785,15	34.548,36
Incorporação do Superávit de 2016	16.785,15	-16.785,15	0,00
Déficit apurado no exercício de 2017	0	-73.089,83	-73.089,83
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.548,36	-73.089,83	-38.541,47
Incorporação do Déficit de 2017	-73.089,83	73.089,83	0,00
Superávit apurado no exercício de 2018		35.744,99	35.744,99
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-38.541,47	35.744,99	-2.796,48

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.



Talita Montiel D Oliveira Castro – Diretora Executiva
CPF: 227.978.418-16

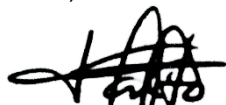


Raul Paulino Torres – Contador
CRC 1SP265092/O-6
CPF 314.637.888-43

INSTITUTO SINCRONICIDADE PARA A INTERAÇÃO SOCIAL – CNPJ 04.845.365/0001-78		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 2018 e 2017		
Atividades Operacionais	2018	2017
Superávit (Déficit) do Exercício	35.744,99	- 73.089,83
Déficit/Superávit do Exercício Ajustado	35.744,99	- 73.089,83
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		
(Aumento) Redução de Valores a Recuperar		
(Aumento) Redução de Contas a Receber	- 68.341,73	10.836,99
(Aumento) Redução de Contas a Receber Longo Prazo	-	-
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC	- 68.341,73	10.836,99
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		
Aumento (Redução) Serviços Prestados a Pagar	- 1.800,00	-12.000,00
Aumento (Redução) PROJETO PIMP MY CARROÇA	- 426,07	3.613,67
Aumento (Redução) PROJETO VOZES DA VILA PRUDENTE	- 1.511,79	7.671,02
Aumento (Redução) PROJETO RODAS DE LEITURA	5.464,02	4.093,26
Aumento (Redução) PROJETO CEI JAMIR DAGIR	-	2.027,08
Aumento (Redução) PROJETO ESCOLA DE JORNALISMO	-	33.250,00
Aumento (Redução) PROJETO PRANAH	- 2.016,21	21.876,21
Aumento (Redução) PROJETO UPDATE	- 18.915,56	2.275,84
Aumento (Redução) PROJETO UPDATE LAFER	- 37.788,96	7.027,07
Aumento (Redução) PROJETO SONHO	- 8.488,00	26.699,03
Aumento (Redução) PROJETO PENSE GRANDE	- 0,01	75.090,95
Aumento (Redução) PROJETO GCCA	39.764,18	-
Aumento (Redução) PROJETO CARONA A PÉ	- 5.100,00	-
Aumento (Redução) PROJETO MARIALAB	14.572,15	-
Aumento (Redução) PROJETO WHW	4.817,64	-
Aumento (Redução) PROJETO YCL	49.381,96	
Aumento (Redução) PROJETO ADVOCAY HUB	28.181,00	
Aumento (Redução) PROJETO JOURNEY	103.494,90	
Aumento (Redução) PROJETO CCMOB	98.252,01	
Aumento (Redução) PROJETO INCITI	48.100,31	
Aumento (Redução) PROJETO MANIE	35.017,00	
Aumento (Redução) PROJETO MEREPRESENTA	83.360,20	
Aumento (Redução) PROJETO VIRADA POLÍTICA	5.585,89	
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC	439.944,66	189.387,34
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	407.347,92	-223.345,47
Caixa e Equivalentes de Caixa – início do ano	80.846,12	304.191,59
Caixa e Equivalentes de Caixa – final do ano	488.194,04	80.846,12

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.



Talita Montiel D. Oliveira Castro – Diretora Executiva
CPF: 227.978.418-16



Raul Paulino Torres – Contador
CRC 1SP265092/O-6
CPF 314.637.888-43

INSTITUTO SINCRONICIDADE PARA A INTERAÇÃO SOCIAL – CNPJ 04.845.365/0001-78
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL O INSTITUTO SINCRONICIDADE PARA A INTERAÇÃO SOCIAL, constituído em 01 de dezembro de 2001, conforme Estatuto Social registrado no 4º Cartório Oficial de Registros e Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital em 12/12/2001 sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária nem distinção de credo, raça, etnia, classe, orientação sexual e gênero, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Scipião 506 Vila Romana CEP 05047-060, tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2o:

- a) Educar para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis;
- b) Promover o Direito à Cidade;
- c) Estimular a cultura do Colaborativismo para a transformação social;
- d) Estimular a arte e cultura para o desenvolvimento humano;
- e) Difundir os princípios e valores dos documentos: Carta da Terra; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; Carta das Responsabilidades Humanas;
- f) Preservar, recuperar e regenerar o meio ambiente e o equilíbrio ecológico dos biomas.
- g) Promover assistência social a criança e ao adolescente;
- h) O desenvolvimento e a promoção do esporte

O Instituto Sincronicidade para a Interação Social tem a missão de fortalecer iniciativas, coletivos e redes engajadas na transformação social com foco em metodologias colaborativas e processos de aprendizagem que visem a inteligência coletiva e soluções criativas para as questões socioambientais, culturais e de direitos humanos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Na elaboração das demonstrações contábeis de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC No 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC No 1.330/11 (NBC ITG 2000) A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

a. Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b. Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

c. Ativos circulantes - Contas a receber: As contas a receber são registradas pelo valor faturado;

d. Passivo Circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes e encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

e. Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f. Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g. As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

h. Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

i. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

5. CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS Este grupo é composto pelos “valores a receber”, refere-se a recursos para a execução dos projetos da Entidade.

Descrição	2018	2017
Projeto Nexus	21.083,00	0,00
Projeto YCL	50.000,00	0,00
Projeto WHW	0,00	2.741,27
TOTAL	71.083,00	2.741,27

6. SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS A REALIZAR São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com empresas privadas, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Descrição	2018	2017
PIMP MY CARROÇA	0,00	426,07
PROJETO VOZES DA VILA PRUDENTE	0,00	1.511,79
PROJETO RODAS DE LEITURA	9.212,83	3.748,83
PROJETO PRANAH	0,00	2.016,21
PROJETO UPDATE	0,00	18.915,56
PROJETO UPDATE LAFER	0,00	37.788,96
PROJETO SONHO	0,00	8.488,00
PROJETO PENSE GRANDE	0,00	0,01
PROJETO GCCA	79.371,10	39.606,92
PROJETO CARONA A PÉ	600,00	5.700,00
PROJETO MARIALAB	16.698,66	2.126,51
PROJETO WHW	4.817,64	0,00
PROJETO YCL	49.381,96	
PROJETO ADVOCAY HUB	28.181,00	
PROJETO JOURNEY	103.494,90	
PROJETO CCMOB	98.252,01	
PROJETO INCITI	48.100,31	
PROJETO MANIE	35.017,00	
PROJETO MEREPRESENTA	83.360,21	
PROJETO VIRADA POLÍTICA	5.585,89	
TOTAL	562.073,52	120.328,86

7. PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25) Conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Entidade, não são esperadas perdas prováveis que devessem ser registradas nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social,

somado do valor apresentado na rubrica Recursos sem Restrição/Verba Adm de R\$ -38.541,47, somado ao superávit do exercício de R\$ 35.744,99.

9. RECEITAS (Resolução CFC No. 1.412/12) Em atendimento a Resolução do CFC No. 1.412/12 que aprova a NBC TG 30, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (receitas provenientes de convênios firmados com empresas privadas), são registradas pelos valores contratados pelos convênios firmados.

10. DO RESULTADO DO PERÍODO O superávit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

11. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.



Talita Montiel D Oliveira Castro – Diretora Executiva

CPF: 227.978.418-16



Raul Paulino Torres – Contador

CRC 1SP265092/O-6

CPF 314.637.888-43